



Manifesto de Belém sobre Justiça Climática e Migrações Internacionais

“Não há justiça climática sem justiça social.”

I. Introdução

Belém do Pará, porta de entrada da Amazônia brasileira, território de águas e florestas, de povos ancestrais, de migrações, afetos e resistências. Terra de grande riqueza sociocultural e ambiental, mas também marcada por profundas desigualdades, resultado de um modelo de desenvolvimento predatório sustentado pela lógica do lucro e da exploração que devasta a natureza, os corpos e os territórios. Aqui, a busca irracional por riqueza produz injustiças ambientais que atingem com maior violência povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, camponeses e populações urbanas periféricas, bem como migrantes internos e internacionais que também constroem a Amazônia todos os dias com seu trabalho e sua cultura.

A justiça ambiental, nesse contexto, denuncia a desigualdade histórica na apropriação e uso dos bens comuns da natureza e afirma a centralidade dos povos e territórios na defesa da vida. Ela ultrapassa a ideia limitada de acesso aos recursos naturais e reivindica o direito à terra, à água, ao território, à identidade, à autodeterminação e à soberania dos povos. Ao mesmo tempo, a justiça climática emerge como resposta coletiva aos impactos devastadores da crise climática global que atinge primeiro e com mais força as populações historicamente oprimidas, racializadas e economicamente exploradas.

Foi neste contexto que nos reunimos em Belém, na Universidade Federal do Pará (UFPA), durante o I Fórum Internacional sobre Mudanças Climáticas e Migração, nos dias 30 e 31 de outubro de 2025. Migrantes, refugiados, apátridas, organizações da sociedade civil, pastorais sociais, universidades, movimentos populares, coletivos de juventude, comunidades tradicionais e lideranças diversas se encontraram para debater, partilhar experiências e construir caminhos comuns de luta e solidariedade ativa.

Reconhecemos que a COP30, que acontecerá na Amazônia, carrega uma responsabilidade histórica: assegurar a escuta e o protagonismo dos povos diretamente afetados pelas mudanças climáticas e pelas injustiças socioambientais,

reafirmando que **não pode haver transição energética justa nem políticas climáticas legítimas sem a participação daqueles que vivem nos territórios e que historicamente protegem a Casa Comum.**

II. Nossa realidade

A crise climática já é uma realidade concreta. Ela se manifesta em longas secas, enchentes devastadoras, ondas de calor extremo, queimadas criminosas, degradação ambiental e destruição da biodiversidade. A Amazônia é um dos biomas mais afetados e está em risco iminente de colapso ecológico.

Os impactos da crise climática estão produzindo deslocamentos humanos forçados, tanto internos como internacionais. Milhares de famílias perdem suas casas, suas plantações, suas fontes de sustento e seus territórios, sendo obrigadas a migrar para sobreviver. As populações atingidas por barragens, mineração, grandes obras de infraestrutura, agronegócio e desmatamento são empurradas para situações de vulnerabilidade extrema.

As consequências são ainda mais graves para as mulheres, jovens, crianças, populações negras, povos originários, comunidades tradicionais e população LGBTQIA+, que sofrem múltiplas opressões e violências. Como sempre, os mais pobres pagam a conta da destruição ambiental provocada pelos mais ricos.

III. Denunciamos

Denunciamos políticas públicas insuficientes e acordos internacionais que não enfrentam as verdadeiras causas da crise climática e servem, muitas vezes, para proteger os interesses do capital transnacional.

Denunciamos o avanço de práticas extrativistas e de falsas soluções de mercado como o “capitalismo verde”, os créditos de carbono e a financeirização da natureza, que transformam a destruição ambiental em novos negócios lucrativos.

Denunciamos a ausência de instrumentos jurídicos internacionais que reconheçam e protejam as pessoas deslocadas por motivos climáticos e socioambientais, tornando invisível sua dor, sua resistência e sua humanidade.

Denunciamos o racismo ambiental e a colonialidade que estruturam a exploração dos territórios e a marginalização de povos tradicionais e periféricos.

Denunciamos a criminalização das migrações, das lutas sociais e das formas comunitárias de organização, bem como o fechamento de fronteiras e políticas de morte praticadas contra povos em movimento.

IV. Propomos mudanças

Reivindicamos que os compromissos internacionais priorizem a preservação da Amazônia e de todos os biomas, com políticas baseadas na justiça climática, soberania dos povos e defesa da vida.

Propomos a construção de uma transição energética justa, popular e sustentável, que rompa com modelos coloniais e extrativistas.

Defendemos o reconhecimento da migração como direito humano, garantindo políticas de prevenção, proteção, acolhimento e integração digna, especialmente no Sul Global.

Propomos a criação de marcos jurídicos internacionais que reconheçam e protejam as pessoas deslocadas por mudanças climáticas.

Defendemos financiamento público e direto às organizações da sociedade civil, movimentos sociais e coletivos que atuam na proteção de migrantes e comunidades afetadas.

Reafirmamos que toda política climática deve incorporar uma perspectiva de gênero, raça e classe, enfrentando desigualdades estruturais e protegendo especialmente mulheres, jovens e crianças.

V. Seguiremos em luta

O I Fórum Internacional sobre Mudanças Climáticas e Migração reafirma: **não há futuro possível sem justiça climática e sem o reconhecimento dos direitos das pessoas em movimento.**

Assumimos o compromisso de lutar para que:

- Nenhuma vida seja considerada descartável.
- Nenhum território seja sacrificado em nome de interesses econômicos.
- Nenhuma pessoa deslocada por razões climáticas seja invisibilizada.

Seguiremos organizados e em movimento, unindo povos, territórios e lutas em defesa da vida, da dignidade humana e da Casa Comum. Nossa força é coletiva, e nossa esperança é militante. **Enquanto houver injustiça climática, haverá resistência. Enquanto houver deslocamentos forçados, haverá solidariedade e luta.**

Manifesto de Belém.

Belém do Pará, 31 de outubro de 2025

Assinam:

Participantes do I Fórum Internacional sobre Mudanças Climáticas e Migração